

**OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: PRÁTICAS EM TORNO DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA
MUNICIPAL PROFESSOR MAGALHÃES NETTO, MADRE DE DEUS/BA¹**

Vera Lucia Bispo dos Santos²

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar algumas atividades desenvolvidas no Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto para atender as demandas da lei 10.639/2003, a partir das disciplinas temáticas Ética e Cidadania e Cultura Afro brasileira e Indígena - HCAI. Apresenta ainda a importância e desafios da formação de professores para o ensino de História da África e do negro no Brasil.

Palavras-chave: Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto - Estudos de caso. Negros - Educação - Madre de Deus (BA). Professores - Formação - Madre de Deus (BA).

ABSTRACT

This article aims to present some activities developed at the Professor Magalhães Netto Municipal Education Complex to meet the demands of Law 10.639 / 2003, from the thematic disciplines Ethics and citizenship and Afro Brazilian and Indigenous Culture and Culture - HCAI. It also presents the importance and challenges of teacher training for the teaching of African and black history in Brazil.

Key words: Black people - Education - Madre de Deus (BA). Brazil. [Law no. 10639, January 9th, 2003]. Professor Magalhães Netto Municipal Education Complex - Case studies. Teachers - Formation - Madre de Deus (BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fábila Barbosa Ribeiro.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em História pela da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é continuação de pesquisa apresentada em formato de artigo como exigência para a conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB no ano de 2016. Após a realização da banca, e com a devida apropriação das arguições, o artigo foi submetido e posteriormente aceito para publicação pela Revista Eletrônica Discente História.com da UFRB³. O referido artigo tinha como objetivo avaliar os resultados da implementação da Lei 10.639/2003 na Escola Municipal Professor Magalhães Netto (CEMPMN), situada no município de Madre de Deus/BA, a partir dos materiais didáticos utilizados nas aulas de História do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental e da realização de uma sondagem com alunos do 7º ano, no intuito maior de analisar os conteúdos referentes à História da África e à História do Negro no Brasil e o modo como o continente africano era percebido em sala de aula pelos alunos, contribuindo para uma reflexão inicial sobre as práticas pedagógicas relacionadas à lei no âmbito desta escola em particular.

No que diz respeito às representações que alguns alunos tinham sobre o continente africano, através da observação participante nas aulas de História, foi solicitado aos alunos do 7º ano que respondessem à seguinte pergunta: “O que você conhece sobre a África?”. Com base nas respostas dadas pudemos observar que, embora a maioria desses alunos já tivesse estudando temas sobre África no ano anterior, em nenhuma das respostas apareceu algo relacionado ao conteúdo apresentado no material didático analisado. Os resultados obtidos mostraram um cenário já esperado, mas nem por isso menos decepcionante, em relação a imagem que os estudantes guardam do continente africano:

Como podemos observar através da sondagem com os alunos do 7º ano E, a totalidade deles associa o continente africano à fome e miséria, mantém-se a ideia consagrada de que “a África é um país” que necessita de “ajuda”. São visões reducionistas, mas que estão muito bem incrustadas nas percepções desses alunos. Certamente, isso se deve ao fato de que a maioria dos livros didáticos não aborda a História da África de forma ampla e atualizada, e, quando o fazem é de forma bastante superficial. Através da visão estereotipada presente nos relatos desses alunos, somos levados a pensar que pouco ou quase nada foi passado para eles em sala de aula sobre a África. Fica explícito que eles fixaram as informações passadas pela grande mídia, que os bombardeia com notícias negativas como as epidemias, guerras “tribais”, fome e pobreza. Importante observar que no material didático analisado, embora haja alguns equívocos, há informações sobre o continente

³ SANTOS, Vera Lucia Bispo dos. “A História do Negro no Brasil nos Livros Didáticos: a experiência com a lei 10.639/2003 no Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto em Madre de Deus -Bahia. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 4, n. 7, p. 115-134, 2017. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em <https://www3.UFRB.edu.br/ojs/index.php/historiacom/article/view/344>

africano que eles aparentemente não absorveram, não aparecem nas respostas nenhuma menção ao conteúdo dos módulos Positivo. O que nos leva à seguinte pergunta: “os alunos não fixaram o conteúdo ou a professora não trabalhou os conteúdos do volume dois do módulo que traz um item sobre a África subsaariana, por exemplo?” (SANTOS, 2016, p. 131).

Ficaram, ao final dos trabalhos, algumas interrogações: não haviam eles internalizado as informações recebidas sobre a África no ano anterior? Teria a professora se eximido de ministrar o pouco conteúdo existente no material sobre o continente africano? As informações negativas e estereotipadas são mais fáceis de serem lembradas? Nesse sentido, no presente artigo, empreendemos uma tentativa de avaliar as mudanças que aconteceram no decorrer desses 04 anos, a partir das atividades desenvolvidas na escola Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto.

O intuito era verificar no âmbito das temáticas relacionadas a História da África e do negro no Brasil, se haviam ocorrido ações significativas para o processo de desconstrução dessa imagem estereotipada apurada anteriormente. Esse trabalho deveria ter ocorrido durante todo o ano letivo de 2020. Acompanharíamos atividades realizadas no âmbito das disciplinas de História, História e Cultura Afro Indígena e Ética e cidadania. No entanto, o contexto da pandemia, com o fechamento da escola e a realização de atividades em formato remoto, impossibilitou a continuidade da pesquisa de campo em 2020. Dessa forma, para uma avaliação dos resultados das atividades realizadas, como conteúdo das disciplinas observadas, o presente artigo considerou as atividades desenvolvidas em 2019. Essas atividades foram registradas durante todo o ano, com a anuência da coordenação pedagógica e corpo docente. Foram feitas entrevistas com os profissionais da educação envolvidos. Foi observado o trabalho desenvolvido, assim como a mudança na imagem que os alunos possuem do continente africano e da história do negro no Brasil.

2 A ESCOLA MAGALHÃES NETO E A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Aqui trouxemos um breve relato sobre o Complexo de Educação Professor Magalhães Netto, por este ter sido o ponto de partida para o meu estudo sobre o Ensino de História da África. Nos últimos anos a escola passou por diversas mudanças e vários projetos foram desenvolvidos. Em 2017 houve o projeto “Mais educação”, com oficinas de letramento, matemática e atividades esportivas. No entanto, essas atividades eram destinadas apenas aos

alunos com dificuldades, os quais participavam das atividades de matemática e letramento. As atividades esportivas eram frequentadas pelos alunos que estavam interessados.

No ano de 2018 foi implantado um projeto de aceleração em que alunos com distorção de idade-série fizeram duas séries no mesmo ano, sendo 03 turmas de 6º e 7º ano e 03 turmas de 8º e 9º anos. Esses alunos eram atendidos no período diurno, 03 turmas no turno matutino e 03 turmas no vespertino. O projeto era acompanhado por uma coordenadora pedagógica e uma orientadora pedagógica, que buscavam fazer um trabalho diferenciado, uma vez que a clientela era diferenciada. Além dessas turmas também eram atendidos alunos em idade e série regular e 10 turmas de 6º ano, 09 turmas de 7º ano, 06 turmas de 8º ano e 06 turmas de 9º ano, atendendo a um total de 875 alunos no período diurno.

Em 2019 a Escola Municipal Professor Magalhães Netto implementou o regime de tempo integral e com ele as disciplinas de História e Cultura Afro Indígena e Ética e Cidadania. A educação em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para proporcionar o alcance dos objetivos previstos no plano considerando a situação, as demandas e necessidades locais. O plano tem 20 metas a serem cumpridas, porém, o nosso objeto de estudo neste capítulo é a meta 06 que estabelece que, no mínimo, 50% das escolas públicas devem oferecer educação em tempo integral até o ano de 2024⁴.

Pesquisas revelam que, em 2014, 42% das escolas públicas ofereciam matrículas em tempo integral, atingindo 15,7% dos estudantes da educação básica. Em 2016, o número de matrículas em tempo integral na rede pública caiu para 9,1%. A proposta de ensino em tempo integral está fundamentada no desenvolvimento integral dos alunos, englobando as dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural e visa à formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo. Esse modelo oferece além das tradicionais aulas como Língua Portuguesa e Matemática, um currículo integrado com projetos interdisciplinares que colocam o aluno no centro de todo o processo de aprendizagem.

Para além do tempo que o aluno permanece na unidade escolar, o ensino integral baseia-se no caráter formativo que essa permanência tem o que se proporciona aos alunos

⁴ Brasil. PNE - Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php>. Acesso em: 4 abr. 2021.

durante o período que estes estão no ambiente escolar, como esse tempo extra é aproveitado por toda comunidade escolar no intuito de fornecer uma formação mais qualificada para esses alunos. Logo esses projetos necessitam de um amplo planejamento e o envolvimento de toda a comunidade escolar para alcançar seu principal objetivo para a completa formação do indivíduo.

Outro aspecto que também precisa ser levado em conta é a estrutura física das unidades de ensino, que em sua maioria não estão adequadas para manter os educandos por um período de sete horas. A alimentação que é fornecida, as condições de descanso após o almoço, enfim, uma série de detalhes que precisam ser observados para tornar esta permanência extra no ambiente escolar agradável e produtiva.

No ano 2018 a secretaria de educação do município de Madre de Deus começa a implantação do ensino em tempo integral com os alunos do 5º e 6º anos. Os alunos tinham aula em período e no outro se deslocavam para outra escola onde participavam das atividades temáticas e esportivas. No entanto, uma grande parte dos alunos faltava muito às aulas temáticas. A partir de 2019 todas as unidades escolares do município passam a funcionar em tempo integral. Neste sistema uma parte dos alunos entram às 07:45 para aulas das disciplinas regulares até as 11:45, então almoçam, descansam e retomam as atividades com as disciplinas temáticas e esportivas permanecendo no estabelecimento de ensino até as 16:15. Outra parte entra as 08:30 para as atividades temáticas e esportivas e após o almoço, que é oferecido na unidade escolar, retomam as atividades com as disciplinas regulares até às 17:00h.

Essa mudança gerou muita polêmica na comunidade escolar, principalmente entre pais dos alunos. Levando inclusive alguns pais a retirarem seus filhos da rede pública de ensino por não concordar com o ensino em tempo integral ou por priorizar outras atividades que esses alunos realizavam no turno oposto. Conversamos com alguns professores e funcionários do Magalhães Netto sobre o tempo integral. Com a devida autorização da direção da unidade escolar. Solicitamos que alguns respondessem as seguintes questões:

1. O que você acha da escola em tempo integral?
2. Como você vê o tempo Integral no Magalhães Netto?
3. Fale sobre as aulas temáticas.

A partir do contato com esses profissionais da educação, recebemos as seguintes respostas:

O tempo integral é bom, a estrutura da escola é que não está adequada. No início do ano os alunos não gostavam, mas já estão se acostumando, sabemos que é desconfortável, não dá tempo para todos tomarem banho e isso deixa eles cansados” (Professor 1).

O tempo integral poderia ser melhor se a estrutura da escola estivesse adequada. Temos um espaço grande, porém não está devidamente adequado, por exemplo, a sala de pintura não tem uma pia para eles lavarem as mãos, pegarem um pouco de água quando necessário. São coisas mínimas que não temos e que acabam por dificultar o trabalho e torna cansativas atividades que poderiam ser prazerosas (Professor 2).

A ideia de tempo integral visa de maneira geral, aumentar o tempo do estudante na escola potencializando assim o aprendizado através de um planejamento pedagógico bem estruturado com a participação de todos, comunidade e escola (Professor 3).

O tempo integral no CEMPMN precisa de ajustes, ouvir o(a)s aluno(a)s, professores (as), pais dentre outros para que possa existir uma parceria. A escola precisa de estrutura física para acolher estes alunos tais como: vestiários para tomar banho antes das atividades do turno oposto. Refeitório adequado e melhorar a parte nutricional. Disponibilizar locais de descanso dos alunos tendo lazer e ludicidade. Quadra poli esportiva para atividades com jogos. Diminuir o número de alunos por sala para um atendimento com melhor qualidade, trazer a família com o intuito que eles possam ajudar a escola, assumindo seu papel de pai e mãe será de grande valia para todos. O(a) professor(a) também precisa de descanso mental, quando a escola não tem estrutura acaba deixando todos os envolvidos estressados, pois o barulho atrapalha o bom trabalho. Parceria entre professores, coordenadores, pais e direção será muito importante para o avanço do projeto. É necessário melhorar em vários aspectos, excesso de alunos nas aulas, os espaços inadequados, entre outros. Necessita-se de reuniões para ver onde melhorar e criar estratégias para melhorar, respeitar a individualidade de cada aluno e ouvir o professor. Ainda sobre a o tempo integral:

A ideia é necessária para a realidade atual já se diz “a mente deve estar sempre em funcionamento”. Aqui no Magalhães Netto mudanças na estrutura física tornam-se necessárias para um bem estar dos alunos. Chuveiros, espaços para descanso após o almoço bem como um refeitório amplo. Nas temáticas deveria acrescentar o xadrez pois ativa a rapidez do conhecimento lógico. Precisa de salas adaptadas às temáticas (Professor 4).

Benéfica caso seja ofertada com uma infraestrutura adequada ao que se propõe. Do contrário interfere negativamente no aprendizado. A escola em tempo integral quando implementada de maneira coesa e bem estruturada amplia as oportunidades de aprendizagem aos alunos com oferta de atividades extracurriculares aos mesmos. Em nossa escola é ocioso, monótono e que em razão de todas as adversidades não cumpre de maneira geral a sua função básica de desenvolver habilidades do alunado de modo mais abrangente. Apesar do “esforço”, percebo o Tempo Integral no Magalhães Netto tentando, mas sem sucesso significativo com o agravante da falta de recursos para o desenvolvimento de atividades, muitas vezes o professor precisa investir dos seus próprios recursos para operacionalizar as ações (Professor 5).

Acredita o que o colégio Magalhães Netto embora seja muito grande não está adequado para o Tempo Integral precisa sofrer reformas estruturais que possibilite uma melhor aplicabilidade do tempo em que os alunos permanecem no ambiente

escolar. Outro ponto é a falta de envolvimento da comunidade escolar no processo, penso que no chão da escola todos, a começar pelo porteiro, precisam atuar como um educador (Professor 6).

Como podemos perceber os profissionais da educação entrevistados concordam com o ensino em tempo integral, mas, ao mesmo tempo acham que a escola não está preparada para desenvolver essa tarefa por falta de estrutura. Ainda assim foram desenvolvidos alguns projetos em 2019, no âmbito das disciplinas de Ética e Cidadania e História e Cultura Afro Indígena, que tentaram contribuir para a desconstrução do preconceito e a promoção do respeito ao outro.

Podemos considerar que o Ensino em Tempo Integral viabilizou o bom desenvolvimento desses projetos, através da maior permanência dos alunos na unidade escolar, assim os professores e professoras podem desenvolver as atividades juntos com os alunos e alunas orientando-os, pois tem um tempo destinado à essas atividades.

3 ALGUNS PROJETOS REALIZADOS EM 2019: A DISCIPLINA ÉTICA E CIDADANIA

Nesta disciplina foram desenvolvidos quatro projetos. No primeiro trimestre foram estudados valores como: respeito ao próximo, empatia, moral e exercício da cidadania a partir do projeto. “Eu e minha cidade: um outro olhar sobre Madre de Deus”, em que os alunos tiveram aula sobre patrimônio cultural e ambiental, realizaram um *tour* pela cidade, realizaram pesquisas e entrevistas com moradores antigos, confeccionaram material para uma exposição em comemoração ao aniversário da cidade (maquetes, álbuns de fotografias e figurinhas e cartazes).

No segundo trimestre foi realizado o projeto “Cultivando as Virtudes”. Neste, os alunos aprenderam o conceito de virtude, a importância da preservação do meio ambiente, a importância de ter boas maneiras, de conviver com as pessoas mantendo o respeito pelos diferentes, a importância de manter um bom comportamento na sala de aula. Ao final criaram um código de ética para a turma.

Durante o terceiro trimestre foi realizado o “Projeto Preconceito Não tem Valor – Educação não tem cor”. Aqui as professoras trouxeram reflexões sobre direitos humanos, respeito à diversidade, discriminação e racismo, buscando incentivar o respeito ao próximo, a convivência harmoniosa e a valorização da herança africana a partir de leituras. Para essa

etapa foram feitas diversas leituras entre elas a história da boneca Abayomi, as obras “Menina bonita do laço de fita”, “Somos iguais mesmo sendo diferentes” e “Felicidade não tem cor”. Foram produzidas pelos alunos pequenas peças, além de desenhos, poemas, textos, paródias e fantoches sobre a literatura utilizada no projeto. Entrevistamos a professora Barbara Taynara sobre a escola em tempo integral e a disciplina Ética e cidadania:

Taynara, o que você acha do Ensino em Tempo Integral?

Considero de grande relevância, pois o seu objetivo é garantir através de práticas educativas o desenvolvimento do indivíduo nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. Através de atividades interdisciplinares e diversificadas, a partir de múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, os educandos produzem conhecimento e tornam-se sujeitos ativos, críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Como é lecionar a disciplina Ética e Cidadania?

Um desafio e uma grande responsabilidade, visto que, os objetos de conhecimento da disciplina Ética e Cidadania, empenham-se em garantir o desenvolvimento de conhecimentos importantes (conceitos, linguagens, habilidades, valores, comportamentos e hábitos) fundamentados nos princípios da democracia, da ética, da responsabilidade e interesse coletivo, que permitam aos indivíduos ter autonomia para participação no mundo contemporâneo e para realização de seus projetos de vida.

Como foi o envolvimento dos alunos nas aulas e atividades propostas?

Deu-se aos poucos. É um processo de construção diária. Na proposta pedagógica a metodologia buscava a participação contínua dos alunos em atividades de leitura, análise de situações do cotidiano, investigação da realidade. Explorar as vivências do cotidiano, partir da realidade do aluno, ajudou bastante a estimular o envolvimento da turma com a proposta pedagógica e alcançar resultados satisfatórios.

Por uma série de motivos uma parcela significativa dos pais não acompanham os filhos como deveriam e muitas vezes os adolescentes contam apenas com a orientação de seus professores. Como essa disciplina pode ajudar?

A proposta pedagógica da disciplina traz uma abordagem social e de responsabilidade do aluno consigo mesmo e com o próximo. Portanto através de diferentes atividades, podemos estimular os alunos a terem diálogo com a família; estreitar os laços da família com a escola em reuniões, propor ações que promovam uma maior participação da comunidade na escola. Ex: Fóruns de Ética e Cidadania, Gincanas, Caminhadas da paz, ecológicas, etc.

Notamos no aluno X⁵ uma melhora no comportamento com o pessoal da secretaria, essa melhora se estendeu ao relacionamento com os colegas? Houve outros casos? Se puder relate algum.

Sim. Os alunos precisam ser acolhidos e se sentirem acolhidos. Quando a troca no processo de ensino-aprendizagem acontece baseada primeiramente no respeito e quando o aluno percebe a responsabilidade no ato de ensinar, integram-se ao processo de ensino-aprendizagem e passam a ter comportamento que favorecem seu desenvolvimento cognitivo e seu desenvolvimento enquanto ser humano. Ocorreram mudanças significativas em vários alunos, dentre as mais comuns estava à redução ou fim das atitudes de *bullying*.

⁵ Não citamos o nome do estudante com o intuito de preservar sua identidade.

4 A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO INDÍGENA

O professor Roberto Queiroz Sacramento licenciado em história ministra aulas de História e Cultura Afro Indígena – HCAI, disciplina temática que procura trabalhar a história dos negros e dos indígenas de forma a valorizar as suas contribuições para a formação da cultura brasileira. O professor destaca a importância de trabalhar essa disciplina de forma a orientar os alunos a desenvolver o senso crítico e instigá-los à pesquisa. Além disso, ele ressalta a importância da disciplina para trazer à tona as histórias de pessoas negras que se destacaram nas lutas pela liberdade de seu povo e pela independência do Brasil citando, como exemplo, Maria Felipa⁶.

O professor Roberto costuma desenvolver suas atividades fazendo comparativos entre passado e presente, mostrando mudanças históricas e culturais da nossa sociedade, apresentando outras realidades e culturas. Utiliza as datas comemorativas para desenvolver atividades reflexivas sobre os temas. O trabalho desenvolvido por ele com suas turmas sobre o dia internacional da mulher foi a realização pelos alunos de uma pesquisa sobre a situação da mulher na sociedade brasileira, os direitos conquistados.

Para o Dia do Índio, o professor partiu da história local realizando um trabalho sobre os indígenas da etnia tupinambá que eram os habitantes da ilha Cururupeba⁷, quando da chegada dos europeus. Buscando demonstrar para os alunos que os indígenas nos dias atuais têm uma forma de viver um pouco diferente que muitos moram em casas de alvenaria, tem televisores, tv a cabo e acesso a tecnologias, mas, ainda existem índios que continuam vivendo isolados e evitam o contato com os homens brancos.

No treze de maio o professor trabalhou com textos que levaram os alunos a refletirem sobre temas como preconceito, racismo e a situação dos negros na sociedade brasileira atualmente. Mencionou a importância dos movimentos abolicionistas e ex-escravizados nas lutas pela liberdade⁸. O professor forneceu os seguintes textos: “A inclusão do negro na sociedade 130 anos depois” e “130 anos da abolição da escravidão no Brasil”, para os alunos lerem e a partir destes construírem uma redação sobre o tema⁹.

⁶ Maria Felipa de Oliveira foi uma mulher negra nascida em Itaparica na Bahia. Marisqueira e pescadora lutou pela independência do Brasil. Faleceu em 1873. Sobre Maria Felipa ver: (SILVA, 2018).

⁷ Esse era o nome do município de Madre de Deus, antes da colonização quando os jesuítas lhe deram o nome de Nossa Senhora de Madre do Boqueirão. Atualmente a ilha que tem extensão de 32,201 km² é habitada por cerca de 21.100 pessoas.

⁸ A assinatura da Lei Aurea pela Princesa Isabel foi resultado de muitas lutas dos negros e negras e de movimento de setores da sociedade brasileira.

⁹ SILVA, Daniel Neves – 130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil Disponível em:

<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/130-anos-abolicao-escravatura-no-brasil.htm>

Além disso, os alunos confeccionaram cartazes que foram expostos no mural da escola. Este trabalho foi realizado por alunos do oitavo ano, turmas A, B e C, sendo que apenas acompanhamos as atividades da turma 8º C. Nesta turma houve momento em que todos os alunos estavam envolvidos na produção dos cartazes, mas na maior parte do tempo eles estavam conversando e entrando e saindo da sala. Porém no momento da construção da redação eles se concentraram na leitura.

No mês de novembro, foram realizadas oficinas nas quais os alunos confeccionaram bonecas Abayomi. O professor explicou a origem da boneca e então solicitou aos alunos que levassem retalhos de tecidos para a confecção das bonecas. Com a ajuda do professor, os alunos confeccionaram suas próprias bonecas que foram expostas nos espaços comuns da escola.

Falaremos agora de outras ações, entre elas, um Projeto de Intervenção que foi realizado no período do estágio II, disciplina obrigatória do curso de licenciatura em História da Unilab. O projeto de intervenção poderia ser realizado em uma instituição de ensino fundamental II ou Ensino Médio. Optamos por fazer dessa intervenção uma parte deste trabalho de Conclusão de curso escolhendo para isso a turma 8º ano E, composta por 24 alunos, sendo 14 meninas e 10 meninos, com idades entre 13 e 15 anos. Sendo que alguns já apresentam distorção idade/série, sendo que 08 estão repetindo o oitavo ano, 05 repetiram em anos anteriores e mostraram pouco interesse pela disciplina. Infelizmente, a maioria acha que estudar História é perda de tempo: “pra que saber do que já passou, se as pessoas já morreram?”, foi o comentário de uma das alunas. Embora tenham dificuldade, a maioria consegue localizar os continentes no mapa mundo, tem noção de que a África não é um país. Tem dificuldades em trabalhar em grupo, uma boa parte apresenta dificuldades de interpretação de texto.

Com o intuito de fazê-los perceber que no continente africano não há somente animais exóticos, miséria e fome, assim como, conhecer a diversidade carnavalesca dos países lusófonos africanos, comparando ao carnaval brasileiro, desenvolvemos um trabalho de pesquisa sobre o carnaval, ao qual denominamos “Um comparativo entre os carnavais dos Palops: percebendo diferenças e semelhanças¹⁰”. Os objetivos principais eram ajudar os estudantes a construir um conhecimento mais amplo sobre o continente africano e as suas influências na nossa cultura, ou melhor dizendo, nossas culturas, pois nosso país possui

GONÇALVES, Juliana 130 anos de uma abolição inacabada Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/especiais/130-anos-de-uma-abolicao-inacabada>.

¹⁰ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

diversidade cultural muito ampla. Nesta atividade a turma foi dividida em 06 grupos de 04 alunos.

Sugerimos que os grupos pesquisassem sobre o carnaval de Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Rio de Janeiro e Salvador. Os grupos que mais se empenharam foram os que falaram sobre Moçambique e o carnaval carioca. Na oportunidade, aproveitamos para falar das homenagens às personagens negras feitas pelas escolas de sambas, a exemplo da Mangueira que foi campeã homenageando Luiza Mahim, trazendo à tona a participação dos negros nas lutas pela independência do Brasil. Além disso, identificaram as trocas culturais, pois, assim como estes povos contribuíram para a nossa formação cultural, também estão sendo influenciados por nós.

Nos comentários dos estudantes pudemos perceber como eles ficaram surpresos com a influência musical que o Brasil tem em Moçambique, principalmente em Quelimane, capital da província da Zambézia. Território conhecido como “o pequeno Brasil”. Um aspecto que lhes causou estranhamento, como eles comentaram, foi o enterro do carnaval que é feito no último dia da festa com uma pessoa viva transportada no caixão. Fazem uma mensagem fúnebre. E de repente, o “Senhor Carnaval” sai do caixão e todos cantam e dançam, dando vivas ao Carnaval do ano que vem¹¹.

Como estamos falando sobre Ensino de História da África e dos desafios da formação de professores, consideramos de suma importância mostrar o impacto dos cursos da Unilab no fazer do professor. Assim, trouxemos a experiência de estudantes do curso de Licenciatura em História que já estão nas escolas. Colhemos alguns depoimentos que falassem sobre as atividades desenvolvidas nas escolas com relação ao cumprimento da lei 10.639/2003. Sobre esse tema a estudante Clemilda nos relata:

Antes da lei trabalhar as questões étnicas em sala de aula era só no 13 de maio e 20 de novembro, sem contar que se a gestão fosse de segmento evangélico não poderia trabalhar com a capoeira, nem com comidas típicas. Quando se estabeleceu a obrigatoriedade da lei foi notória a mudança. Assim pode-se trabalhar a África mais próxima do Brasil, trabalhando não só na disciplina história, mas de forma interdisciplinar por se tratar de uma lei até os professores que não gostavam procuram se envolver. Houve também uma busca de materiais, pois nos livros didáticos o assunto eram e ainda são limitados. Buscaram desenvolver projetos com o objetivo de valorização da identidade negra e os processos de lutas dos negros até os dias atuais.

A experiência da aluna Sandra Regina, enquanto coordenadora do colégio José Aragão, no Monte, distrito de São Francisco do Conde, é um exemplo da importância do

¹¹ A respeito dessa temática ver o interessante trabalho de: REIS e FERRÃO, 2020.

envolvimento de toda comunidade escolar nos cursos de formação para professores. Ela relata, com detalhes, ações desenvolvidas para a desconstrução da imagem estereotipada do continente africano e da cultura afro-brasileira. Face a importância de sua experiência, nós a reproduzimos na íntegra:

A maioria dos estudantes das escolas públicas é afrodescendente e apresentam dificuldades de interagir com uma memória de origem africana, olhando com preconceito e desconfiança os elementos referentes à cultura africana e afro-brasileira. Ao discutir a Lei nº 10.639/2003 foram muitos caminhos a serem trilhados no que se refere ao currículo, formação e prática dos educadores com a construção de uma nova mentalidade sobre a diversidade dos sujeitos que integram a sala de aula. A identidade racista está explícita ou disfarçada no discurso inocente mais cheio de vocabulários racistas e hábitos que diminuem a pessoa negra, até mesmos os pais que são negros internalizaram.

Todos os anos, no município, era costumeiro no mês de outubro, na semana da criança, os discentes receberem brinquedos distribuídos nas escolas. Mas em certo período, no mandato da prefeita Rilza Valentim, foram distribuídas bonecas negras e houve certa recusa por parte dos pais, pois diziam que eram bonecas feias porque eram pretas. As pessoas usavam termos pejorativos como boneca de despacho ou que serviria para assustar mosquitos dentre outras negações sobre a representatividade do brinquedo. O mais chocante é que os comentários eram de pessoas negras. Nesse momento podemos perceber o quanto as pessoas são induzidas a acreditar que o racismo não existe, mas o problema está em toda parte, camuflado no subconsciente.

Apesar que já existia um trabalho desenvolvido de desconstrução sobre a educação étnico-racial, precisaria que o trabalho fosse mais invasivo para que as pessoas entendessem o real sentido daqueles brinquedos de representatividade que iriam muito mais além do que um simples brinquedo e o poder que ele tem de levantar questões sociais, culturais, educativas e afetivas. Não seria fácil tarefa, pois anos nos ensinaram de forma errônea a verdade sobre nossa descendência e ancestralidade. Para mudanças de mentalidade leva tempos, até a própria mídia nos mostra que a África, berço da humanidade é um lugar pobre, selvagem, com muita miséria, doença e fome. Retrato de que não existe saneamento básico e nem dignidade humana, são selvagens e vivem em tribos. Mas a África é muito mais que isso pois seu universo é rico em cultura e exemplos em todos os campos da História. Foram feitos vários projetos que duraram quase oito anos para que as sociedades entendesse o valor sobre representatividade e estudos para uma educação étnica racial e afrodescendente.

Experiência de trabalhar com a lei 1.639/03

Visando a obrigatoriedade do ensino de história da África e dos afrodescendentes e, como agentes da referida lei, os profissionais do ensino de história na educação básica foram convocados para construir possibilidades de trabalho que promovam o respeito e a compreensão das identidades socioculturais formadoras da sociedade.

Foram quase oito anos trabalhando sobre questões étnico-raciais e ainda existem entraves sobre como trabalhar e ensinar História e educação étnico-raciais. A discriminação e o preconceito fazem parte do cotidiano da Educação Infantil, existem conflitos nas crianças por conta de não fazerem a relação da sua identidade racial. Tudo que é relacionado a negro é negativo, é considerado feio. Ao buscar novos elementos que contribuíssem para a construção de práticas que promovam a igualdade racial na educação infantil proporcionou uma reflexão sobre as práticas pedagógicas em sala de aula, no qual educadores sejam instigados a promover práticas promotoras de igualdade racial.

A importância da Lei 10639/03 trouxe para dentro das escolas públicas o respeito às diferenças, as questões sociais e culturais que os discentes vivenciam no seu

cotidiano, ao reafirmar a identidade e conhecer Uma nova História de sucessos que os negros trouxeram e transformaram a humanidade em várias áreas das ciências: Matemática, História Medicina, Antropologia, Arquitetura entre outras.

Diversidade e Igualdade Racial

As crianças da Educação Infantil começaram a conhecer e perceber seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas, os professores trabalharam bastante o reforço da identidade reafirmando em sala de aula questões sobre diferença e as relacionadas ao pertencimento racial.

Famílias e comunidade

Para mim, o trabalho ficou mais suave e norteador com o Curso de Capacitação e aperfeiçoamento, UNIAFRO que a Unilab ofertou em 2015¹². Grupos de professores e coordenadores de vários segmentos participaram desta formação e desta capacitação surgiu o projeto “Monte Recôncavo: todo mundo tem uma história para contar”.

Foi desenvolvido formação e capacitação para os professores da Educação Infantil, abordando com temas relacionados à identidade étnico-racial. A identidade é o ponto inicial e chave para dizer quem somos e orgulho de onde viemos e termos exemplos de personalidades que nos representem, trabalhos desenvolvidos com espelhos mergulhados no mundo das histórias infantis proporcionaram as afirmativas da identidade. Dentre as histórias trabalhadas se destacam o menino Nito, as tranças de Bintou, Betina, as princesas africanas, A lenda do tambor africano, estudo sobre instrumentos musicais e seus sons e origem História de Oxi. Todo trabalho foi associado ao currículo e ao projeto político pedagógico. Ressaltamos que tivemos uma boa orientadora do trabalho, a professora Josilene Vieira, responsável pelo Departamento de Educação Quilombola.

Ancestralidade e memória

Viajando na ancestralidade: brincadeiras e jogos no tempo dos avós associando as obras de Ivan Cruz com o tema brincadeiras associadas ao módulo que o município tinha adotado. Estudando o estatuto do idoso. Brincadeiras de ontem e hoje: brinquedos artesanais e brinquedos eletrônicos;

Dentro dessa temática de ancestralidade buscamos na comunidade personalidades negras e levamos para dentro da escola para os mais velhos contarem sobre suas Histórias de vida e como eram as coisas no seu tempo. Quando isso não era possível, levamos as crianças para fora da escola visitando as casas dos idosos.

Trabalho com as famílias

O ponto chave da reunião para falar com os pais e responsáveis sobre a Lei e sua obrigatoriedade foi trazendo na ancestralidade dos seus pais, avós, a questão que quase todo mundo já passou ou conhece alguém que passou pela situação sobre o racismo. Os depoimentos foram emocionantes porque foram uma viagem no tempo.

O preconceito sobre o lugar onde moram criaram um estigma que na localidade só tem gente feia porque na sua totalidade eram negros, então negros está associado a coisa feia. E quando os pais ouviram dizer que na localidade só tem crianças lindas, negras e negros lindos despertou o desejo de reconhecer na sua essência e os depoimentos dos pais começaram a surgir com suas experiências negativas sobre

¹² Primeira e única edição do curso de aperfeiçoamento de Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar – Uniafro, realizada no campus dos Malês em 2015. O curso foi financiado pelo governo federal e contou com a participação de professores da Unilab e tutores. O objetivo do curso era capacitar os profissionais da educação para a implementação da Lei nº. 10.639/2003.

preconceito, racismo estrutural e social e que eles não queriam que os filhos passassem pelo que eles já passaram.

Enquanto eles iam pronunciavam uma palavra negativa do que passou, sobre a mesa pegavam um pedaço de retalho e costuravam e falavam palavras positivas do que eles esperavam para o futuro dos filhos. Houve um momento tenso na reunião, pois os evangélicos entendiam que seria encaminhar os filhos para religião de matriz africana e foi explicado como seria o desenvolvimento do trabalho. E o quanto é importante o respeito das diferenças.

No projeto de leitura que faz parte do projeto do município de São Francisco do Conde, os pais e responsáveis foram convidados a participar. Durante a semana dois pais ou responsáveis eram convidados para ir na escola contar histórias infantis com representatividade negra para as crianças. O projeto foi estendido para toda educação básica, mas foi a educação infantil que mais aproximou-se da proposta abordando a lei 10.639. Pois muitos reproduziam a triste história da escravização. O projeto de ação foi desenvolvido com os professores e posteriormente com discentes da creche e pré-escola do segmento da educação infantil.

Foi um trabalho de formiguinhas, porque a preparação para quebrar tabus de mentalidade dos professores e norteá-los como fazer o trabalho, porque a preocupação dos mesmos é como fazer? E fazer com criatividade e que seja significativo para as crianças. Capacitar os funcionários dos demais setores da escola, integrar os pais nas ações da escola de acordo com a Lei e legislação de uma forma suave e o último ponto envolver toda a comunidade neste projeto.

O foco de promover a cidadania e auto aceitação do pertencimento étnico-racial das crianças, família e comunidade e alcançar nosso objetivo promover a aprendizagem significativa por meio do ensino da educação das relações étnico-raciais.

A formação dos Professores de Educação Infantil

Não foi fácil porque nem os coordenadores sabiam por onde começar, o que fazer porque era tudo muito vago, mas em um ponto foi bom porque estimulou nossos instintos de pesquisadores. Como transformar o conteúdo da lei para a linguagem infantil na prática, porque existiam vários entraves: Professores na resistência do novo, pais e responsáveis conservadores.

Reformulação do projeto político pedagógico

Na formação de professores foi esclarecida qual a importância da circularidade, porque é tão importante na educação infantil sentar em círculo e sua origem. Na corporeidade e ludicidade importância de trabalhar essas questões na educação infantil, uma vez que se considera a criança pequena enquanto ser ativo, imerso numa realidade social em processo de construção de identidade. Assim a diversidade étnico-racial pode e deve ser contextualizada no planejamento educacional infantil. É importante explicitar que por meio de ações pedagógicas é uma ferramenta no ambiente escolar que atinge não apenas os discentes, mas os pais dos discentes e estes por vez estão inseridos na comunidade que poderão mudar a possibilidade de romper com visões limitadas e naturalizantes do racismo. Estamos em um processo constante transformação e ainda o preconceito e o racismo está inserido na comunidade.

A construção de identidade leva tempo e precisa ser reforçada no dia a dia escolar, esse projeto contribuiu para reforçar a importância e a necessidade de trabalhar a diversidade étnico-racial não apenas na Educação infantil, mas em todos os segmentos da educação básica.

Vimos que, embora tendo algumas dificuldades, toda a comunidade escolar participou do projeto desenvolvido na escola, e que os assuntos abordados no Uniafro mostraram meios para o desenvolvimento do mesmo. O seu relato reforça a importância da construção de uma

educação antirracista nos primeiros anos da vida escolar, assim, vamos combater esse racismo perverso que destrói a autoestima de nossas crianças negras.

Djamila Ribeiro, a partir de sua própria experiência, nos mostra que o início da vida escolar é para muitas crianças negras o primeiro contato com o racismo e com o preconceito.

O início da vida escolar foi para mim um divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e meus irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não tinha nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neginha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente – o que quer dizer não branca - passou a ser apontado como um defeito (RIBEIRO, 2019, p. 23-24).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a escola e mais especificamente a sala de aula é um espaço muito propício para a socialização de conhecimentos sobre o referido continente e para a árdua tarefa de desconstrução dessa África estereotipada e inferiorizada, faz-se necessária ampliar a abordagem dos temas relacionados à situação do negro no Brasil, assim como da valorização de sua ancestralidade.

Todavia essa é uma tarefa difícil que precisa ser desenvolvida dia após dia, não só nas salas de aula, mas em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. Uma vez que os negros no Brasil vêm sofrendo discriminações por séculos e, em muitos casos, essas discriminações foram apoiadas pelo Estado através de leis que limitavam o acesso de pessoas negras a diversos setores da sociedade, entre eles a escola. Como por exemplo, o decreto número 1.331 de 17/02/1854 que proibia a admissão de escravos nas escolas públicas. Duas décadas depois, o decreto número 7.031 de 06/09/1878 permitia que negros estudassem, porém apenas no período noturno (RIBEIRO, 2004, p 78).

Nesse período, as crianças deveriam frequentar a escola obrigatoriamente aos sete anos de idade, e os primeiros negros, nascidos após a Lei do Ventre Livre estavam por completar sete anos. Observem só: as crianças negras só podiam estudar à noite! Logo, essa lei foi mais uma estratégia para dificultar o acesso dos negros à escola, ora depois de um dia de trabalho exaustivo ao lado dos pais, essas crianças jamais conseguiriam ir à escola.

Ao negar aos negros o acesso aos bancos escolares, o Estado brasileiro evidenciou que não os queria exercendo papéis que não fossem subalternos. Aos negros, sabidamente no pós-abolição, foram sempre destinados os empregos domésticos e os que não exigiam instrução

escolar. Outras leis que limitavam o progresso dos negros no país foram criadas. É o caso da lei da vadiagem que punia os praticantes da capoeira e do samba¹³.

A Constituição de 1988 abriu caminhos para uma mudança na forma de tratar o negro no Brasil, com ela, o racismo passa a ser crime inafiançável e medidas de combate às desigualdades raciais são tomadas pelo Estado. Todavia, essas medidas não são tomadas do nada. Elas atendiam reivindicações de movimentos sociais e do movimento negro, que denunciavam casos de racismo e também promoviam atividades visando o crescimento cultural da população negra. Um exemplo foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) criado por Abdias do Nascimento que buscava a valorização do negro por meio das artes e promovia cursos de alfabetização. Também já havia influenciado a criação da lei Afonso Arinos, aprovada pelo congresso nacional em 1951, primeira lei que criminalizava o racismo no Brasil (Albuquerque, 2006).

Em 2003, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases que, em seu artigo 26-A determina a obrigatoriedade, na educação básica, do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira no conteúdo programático escolar.¹⁴ De acordo com Mônica Lima (2009), é no ambiente escolar que a maioria dos jovens brasileiros irão perceber o continente africano como um lugar de produção de saberes, técnicas, ideias e riqueza humana. Ela ressalta também a importância de termos profissionais qualificados para a tarefa de ensinar a história do continente e a influência dos povos africanos na formação da identidade brasileira:

Trata-se de um conjunto que envolve metodologia e análise dos exemplos utilizados pelos professores, das relações sociais entre os alunos, das formas de agrupá-los para as atividades, enfim, de tudo que é exigido na sua avaliação. Ou seja, a simples informação sobre os conteúdos não forma satisfatoriamente professores de história da África (p. 155).

Dessa forma, é possível perceber que a imagem dos africanos nos livros didáticos como vimos no artigo acima citado tem melhorado significativamente, ainda que não tenha alcançado o grau de positividade esperado, houve um avanço importante no que diz respeito à desconstrução das imagens estereotipadas e negativas que eram apresentadas nos livros didáticos. No entanto, no que diz respeito aos professores, são poucos os que se sentem

¹³ O código penal de 1890 foi criado durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca criminaliza a capoeira. Mas o samba por ser uma atividade que aglutinava pessoas negras também sofria punições.

¹⁴ No ano de 2008 foi criada a lei 11.645/08 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

preparados a trabalhar essa temática, e ainda tem os que, por preconceito ou desinteresse, acabam não abordando esses conteúdos com seus alunos mesmo que os mesmos estejam presentes no livro didático.

De outra parte, existem professores que veem na lei muito mais do que uma conquista. Para eles, ela representa um escudo contra o preconceito que enfrentam quando tentam trazer para o currículo das escolas onde lecionam, atividades relacionadas às temáticas propostas pela Lei 10.639/2003 em outros momentos que não apenas a efeméride do 20 de novembro. Esses profissionais, comprometidos com uma educação antirracista, buscam desenvolver atividades que valorizem a cultura afro e a representatividade do negro através de leituras em sala de aula que tragam personagens negros como protagonista.

Porém, há casos de professor(a)s que trabalham lendas e mitos africanos apoiados em uma ampla literatura já existente e que encontram resistências por parte dos alunos. Um caso muito interessante nos foi relatado pela professora de Língua Portuguesa do ensino fundamental II, que leciona na Escola Municipal da Palestina, no município de Salvador, ela relata que realizou uma atividade sobre os mitos africanos e que houve uma recusa por parte dos alunos ao reclamarem que não fariam atividades sobre “macumba”. Essa mesma professora relata que já propôs trabalho sobre mitos indígenas e, neste caso, a aceitação foi muito boa. Fica evidente que essa reação é fruto da demonização sofrida pelas religiões de matriz africana, fato que se deve ao racismo e preconceito predominante na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que o pequeno número de professores (as) que tem essa postura, vem crescendo de forma significativa. Esses profissionais percebem a necessidade de se consolidar uma educação antirracista já nos primeiros anos da vida escolar para que as crianças cresçam entendendo que o coleguinha que tem um tom de pele mais escura é uma criança como ele, apenas com um diferencial na cor da pele. Assim, ao promover a valorização da cultura afro brasileira de forma suave, porém contínua, a partir dos anos iniciais, a escola incentivará o respeito às diferenças, promovendo a auto estima de crianças negras.

Figura 1 - Exposição Eu e Minha Cidade – Maquetes



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 2 - Exposição Eu e Minha Cidade – Trabalhos realizados pelos alunos



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 3 - Saída de campo do Projeto: Eu e minha Cidade



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 4 - Teatro de fantoches para apresentação do livro Menina bonita do laço de fita (Semana da Consciência Negra)



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 5 - Visita ao Cuca: Centro de Cultura e Arte de Feira de Santana – BA



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 6 - Visita ao Cuca: Centro de Cultura e Arte de Feira de Santana- BA



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 7 - Apresentação de teatro na FENATIFS (Festival Nacional de Teatro Infantil de Feira de Santana-BA)



Foto cedida pela professora Bárbara.

Figura 8 - Oficina de Bonecas Abayomi



Fonte: acervo próprio.

Figura 9 - Oficina de boneca Abayomi



Fonte: acervo próprio.

Figura 10 - Oficina de boneca Abayomi



Fonte: acervo próprio.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1291>>. Acesso em: 6 out. 2020.
- ALBUQUERQUE, W. R. DE; FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Brasília, Centro de Estudos Afro-Orientais; Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BRISA, Carolina As oportunidades da escola em tempo integral para o professor, disponível em: <https://novaescola.org.br> acesso em 05/09/2019
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Apresentação do SEPPPIR – Matilde Ribeiro, ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – 2004.
- GUEDES, B. A representatividade dos negros no livro didático de história: revisão bibliográfica e estudo comparativo. P. 12, [s.d.].
- MELLO, A. DA S. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. P. 8, 2002.
- Proibição da Capoeira | Capoeira Berim Brasil. Disponível em: <<https://berimbrasil.com.br/proibicao-da-capoeira.html>>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- REIS, Elielba Nascimento; FERRÃO, Luís Jorge Manuel António. Uma análise comparativa do carnaval de Salvador e do “Pequeno Brasil”-Quelimane. **Revista Extraprensa**, v. 14, n. 1, p. 92-106, 2020.
- Relações raciais e desigualdade no Brasil. [s.l: s.n.].
- Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia: O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13625>>. Acesso em: 6 out. 2020.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista: 1ª ed.- São Paulo Companhia das Letras, 2019
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO Rebeca orgs. Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades- LIMA, Mônica
- SANTOS, Vera Lúcia Bispo dos. A História do Negro no Brasil nos Livros Didáticos: a experiência com a lei 10.639/2003 no Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto em Madre de Deus -Bahia. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, v. 4, n. 7, p. 115-134, 2017. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em <https://www3.UFRB.edu.br/ojs/index.php/historiacom/article/view/344>.

SILVA, Livia Prata da. Maria Felipa - uma heroína baiana: a história ilustrada da heroína da independência do Brasil na Bahia. 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual - Design) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11057/1/LPSilva.pdf>